



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

*TERMO DE CONTRATO Nº 034/2014/SEMA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA INSTITUTO
NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E
PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP
- LTDA.*

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 349.280 - SSP/MT e do CPF nº. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antonio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP - LTDA.**, inscrita no CNPJ: 10.498.974/0001-09, localizada na Rua Lourenço Pinto, nº 196, 3º Andar, Conj. 301, Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.010-160, telefones: **(41) 3778-1700/3778-1752/3778-1784** representada pelo Senhor **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, portador da Cédula de Identidade Civil RG: 4.086.763-5 SSP/PR e do CPF: 574.460.249-68, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 262925/2014/SEMA**, na modalidade de **Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2014**, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Orientação Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos com fornecimento da revista LICICON, para atender a Coordenadoria de Aquisições e Contratos da **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência/Projeto Básico nº 51/2014** e **Carta Proposta nº 31492/2014**, que fazem parte integrante deste.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços encontram-se indicados na tabela abaixo, conforme **Termo de Referência/Projeto Básico nº 51/2014** e **Carta Proposta nº 31492/2014** e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ASSINATURA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ENVIO MENSAL DO PERIÓDICO LICICON.	01	R\$ 1.016,00	R\$ 1.016,00
02	SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA/CONSULTORIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ILIMITADA).	01	R\$ 3.324,00	R\$ 3.324,00
03	ACESSO A WEB NP DIGITAL.	01	R\$ 3.060,00	R\$ 3.060,00
			VALOR TOTAL	R\$ 7.400,00

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)**, pelos serviços efetivamente prestados, a serem pagos em parcela única, comprovados por meio de atesto do setor demandante - **COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS/SEMA**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Assinar o contrato com a **CONTRATANTE** no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação formal;

4.2. Retirar a Nota de Empenho no **prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

4.3. Retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de até 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

4.4. Executar os serviços pretendidos pela **CONTRATANTE** de acordo com a Cláusula Segunda, imediatamente após solicitação formal através de Ordem de Fornecimento;

4.5. Executar o objeto contratual dentro do prazo estipulado, sem atrasos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico nº 51/2014, bem como na Carta Proposta nº 31492/2014 e seus anexos apresentada pela **CONTRATADA**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

- 4.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- 4.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 4.8. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe a **CONTRATADA**, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 4.9. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 4.10. Encontram-se incluídos no preço dos serviços, que constituem as obrigações da **CONTRATADA** no presente contrato, os materiais e mão-de-obra necessários à boa execução dos mesmos;
- 4.11. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratual em que se verificarem vícios ou incorreções, resultantes da execução do serviço prestado;
- 4.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **CONTRATANTE**;
- 4.13. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.14. Disponibilizar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **CONTRATANTE**, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

4.15. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.16. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.17. Responder por toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

4.18. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à **CONTRATADA**, sob pena de ilegalidade dos atos;

5.2. Formalizar o contrato e convocar a **CONTRATADA** para assinatura nos termos da legislação pertinente e consequentemente emitir nota de



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sob pena de ilegalidade dos atos;

5.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**, caso necessário;

5.4. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

5.5. Receber o objeto deste contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas, conforme o Termo de Referência/Projeto Básico nº 51/2014;

5.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;

5.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, ficando a cargo do fiscal designado pela **Coordenadoria de Aquisições e Contratos/SEMA** a fiscalização deste instrumento contratual;

5.8. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.9. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços descritos no Termo de Referência/Projeto Básico nº 051/2014, anexo I, bem como na Carta



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Proposta nº 31492/2014 e anexos apresentada pela **CONTRATADA**, quais sejam:

- Assinatura pelo período de 12 (doze) meses da revista LICICON (enviada até o dia 05 de cada mês);
- Serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos pelo período de 12 meses (ilimitado e acessível a 06 usuários);
- Negócios Públicos Digital, sendo acesso a Web NP Digital, com acesso por 12 meses (login sem acesso simultâneo).

6.2. Com relação a prestação dos serviços de Consultoria Jurídica ocorrerá da seguinte forma:

6.2.1. Consultoria por telefone (consultas ilimitadas): atendimento personalizado visando à solução de questões afetas às atividades cotidianas do órgão/entidade;

6.2.2. Consultoria por escrito (consultas ilimitadas), respondidas nos seguintes formatos:

- a) PARECERES JURÍDICOS, enviados ao Consulente em até 24 (vinte e quatro) horas úteis;
- b) RESPOSTAS OBJETIVAS, enviadas ao Consulente em até 4 (quatro) horas úteis.

6.2.3. As respostas por escrito serão enviadas pela **CONTRATADA** no e-mail cadastrado;

6.2.4. As solicitações de consultas por escrito serão enviadas pelo Consulente, ora **CONTRATANTE**, por meio do site da **CONTRATADA** (www.negociospublicos.com.br), mediante uso de login e senha, informados após o fechamento do presente contrato;

6.2.5. Considera-se PARECER JURÍDICO a resposta contendo o entendimento da Consultoria sobre o tema solicitado, elaborada com fundamentação aprofundada, contendo transcrições legal, doutrinária e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

jurisprudencial, quando pertinentes. Sua destinação volta-se à resolução de problemáticas específicas tendentes ao esclarecimento tanto de eventuais casos práticos enfrentados pela Administração Consulente, quanto de temáticas em abstrato;

6.2.6. Considera-se RESPOSTA OBJETIVA aquela contendo o entendimento da Consultoria sobre o tema solicitado, elaborada de forma sucinta e em tempo mínimo, com fundamentação legal, doutrinária e jurisprudencial, quando necessário, para atender questionamentos prementes da Administração;

6.2.7. Para fins de contagem do prazo em horas úteis, será considerado o horário de funcionamento da **CONTRATADA**, qual seja, de segunda a quinta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, e sextas-feiras, das 9h às 12h e das 14h às 17h;

6.2.8 O atendimento telefônico será disponibilizado de segunda a quinta-feira, ininterruptamente, das 9h às 18h, e sextas-feiras, das 9h às 17h;

6.2.9. Recebida solicitação de RESPOSTA OBJETIVA e não havendo possibilidade de abordagem sucinta do tema, em razão de sua complexidade, a **CONTRATADA** entrará em contato com o Consulente, ora **CONTRATANTE**, a fim de verificar-se alternativa mais adequada ao caso;

6.2.10. Da mesma forma, em sendo recebida solicitação de PARECER JURÍDICO, constando questionamento que comporte análise sintetizada da questão proposta, será estabelecido referido contato com o Consulente, ora **CONTRATANTE**;

6.2.11. Na hipótese anterior, persistindo, o Consulente, no encaminhamento da solicitação no formato originário, estará eliminada a possibilidade de repetição da consulta (mesmo tema, assunto, perguntas ou variações mínimas) por meio da forma escrita alternativa;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6.2.12. A consulta que envolver análise de diversos aspectos do mesmo tema, apresentando complexidade diferenciada, terá seu prazo de resposta estendido pelo tempo necessário, a critério da **CONTRATADA**, mediante comunicado prévio ao consulente, ora **CONTRATANTE**;

6.2.13. Quando uma mesma consulta contiver diversos questionamentos, cada qual sobre um tema diferente, serão consideradas, para fins de contagem de prazo para resposta, tantas consultas quantos forem os questionamentos; Mesma interpretação se aplica quando do envio de diversas consultas sequenciais encaminhadas pelo mesmo Consulente.

6.2.14. Nas hipóteses acima, a contagem de prazo da consulta subsequente será iniciada quando da finalização e recebimento pelo Consulente da resposta referente ao questionamento imediatamente anterior;

6.2.15. Dúvidas e questionamentos já respondidos expressamente pela **CONTRATADA**, não serão objeto de nova avaliação escrita;

6.2.16. A consultoria da **CONTRATADA** tem por linha de trabalho a solução de dúvidas objetivamente formuladas em consultas via telefone ou por escrito, não contemplando, portanto, análise documental (editais, recursos, impugnações, etc), atividade que inviabiliza a atuação dado o grande volume de solicitações diárias;

6.2.17. A senha de acesso à área restrita de assinantes é exclusiva da **CONTRATANTE**, vedada a sua utilização por terceiros alheios à contratação;

6.2.18. A **CONTRATADA** ficará obrigada a executar o fornecimento de revista mensal, nas condições contratadas, dentro dos padrões de qualidade, sem atrasos ou problemas na entrega do objeto, sob pena de descumprimento das cláusulas contratuais, sujeitando-se às penalidades descritas neste contrato e na lei 8.666/93.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos para pagamento dos serviços do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 2007
Natureza de Despesa: 3390 3500
Fonte: 240

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não havendo recurso necessário na dotação indicada, será utilizada uma outra para suprir as necessidades do mesmo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** conforme descrito na subcláusula 2.2, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007-SAGP/SEFAZ, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e o devido atesto pelo Fiscal da **CONTRATANTE**;

8.1.1. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente, conforme o caso, obedecendo ainda os prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º. 01/2007/SAGP/SEFAZ.

8.2. A **CONTRATANTE** se reserva no direito de suspender o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas falhas que porventura existirem, que tornem inviáveis ou prejudiquem a perfeita execução do objeto;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas a **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

8.4. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação;

8.5. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada a **CONTRATADA**, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;

8.6. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

8.7. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do serviço (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.8. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o **CNPJ** nº. **03.507.415/0023-50** e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS** da **CONTRATANTE** para serem devidamente atestadas;

8.9. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.10. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

8.11. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.12. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.13. A **CONTRATADA** deverá apresentar situação regular quanto aos recolhimentos dos tributos, perante o fisco municipal, estadual e federal, inclusive com relação ao INSS e FGTS, conforme legislação pertinente;

8.14. Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. Este instrumento vigorará por 12 **(doze) meses**, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA** assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância da Lei 8.666/93 e suas alterações.

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.1. Pela inexecução, negligência, erro, imperfeição, dano ambiental ou demora na execução, ou qualquer outra forma de descumprimento contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, estará a **CONTRATADA** sujeita, além da rescisão do contrato, às seguintes multas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A não execução dos serviços nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA**, a juízo da Administração, à multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global do contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa prevista no parágrafo primeiro será descontada dos créditos que a **CONTRATADA** possuir com a **CONTRATANTE** e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no parágrafo terceiro item b;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à **CONTRATADA**, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PARÁGRAFO QUARTO: Quanto ao atraso para assinatura do contrato e quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os serviços prestados:

a) atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

PARÁGRAFO QUINTO: Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

PARÁGRAFO SEXTO: As multas aplicadas, após o devido processo administrativo, deverão ser satisfeitas no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação por parte da **CONTRATANTE**. Uma vez não efetuado o recolhimento, o respectivo valor será descontado dos créditos que a **CONTRATADA** possuir com esta Secretaria, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Será designado, pela **COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS** da **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO – O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.2.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.2.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados,



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 15 de setembro de 2014.

BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
Secretário Adjunto de Gestão Sistemica
SEMA/MT

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS
Sócio-proprietário

TESTEMUNHAS:

KELLY ALMEIDA KORMANN
CPF:823.964.001-00

FERNANDA B. C. DE SOUZA
CPF: 973.078.581-34